



**ACÓRDÃO Nº295/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº11521/2018.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Secretaria de Estado do Trabalho – SETRAB.
- 4- **Exercício:** 2017.
- 5- **Responsável:** Breno Viana Ortiz (Ordenador de Despesa), Dallas Wanderley Muniz Dias (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD e DICOP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2723/2021-DMP/MPC/FCVM, Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Secretaria de Estado do Trabalho – SETRAB. Exercício de 2017.

*Irregularidade. Multa. Alcance por Responsabilidade Solidária. Determinação. Ciência.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas do **Sr. Breno Viana Ortiz**, responsável pela Secretaria de Estado do Trabalho – SETRAB, no período de 01/01/2017 a 06/10/2017, com fundamento nos arts. 19, III, 22, III, da Lei n.º 2.423/1996 (Lei Orgânica deste Tribunal de Contas) c/c os arts. 188, § 1º, II, da Resolução n.º 4/2002-TCE/AM (Regimento Interno deste Tribunal de Contas) e, ainda:
- 10.2. **Julgar irregular** a Prestação de Contas do **Sr. Dallas Wanderley Muniz Dias**, responsável pela Secretaria de Estado do Trabalho – SETRAB, Gestor pelo período de 07/10/2017 a 31/12/2017, com fundamento nos arts. 19, III, 22, III, da Lei n.º 2.423/1996 (Lei Orgânica deste Tribunal de Contas) c/c os arts. 188, § 1º, II, da Resolução n.º 4/2002-TCE/AM (Regimento Interno deste Tribunal de Contas);



**ACÓRDÃO Nº295/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO**

- 10.3. Aplicar multa ao Sr. Breno Viana Ortiz, no valor de R\$14.000,00 (catorze mil reais), com fulcro no art. 308, VI, do Regimento Interno c/c o art. 54, VI da Lei Orgânica, pela permanência das impropriedades listadas na Proposta de Voto; Fixa-se o prazo de **30 dias** para que o responsável recolha o valor da MULTA, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE". Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção executivo para protesto em nome do responsável;**
- 10.4. Considerar em Alcance por Responsabilidade Solidária o Sr. Breno Viana Ortiz e o Sr. Dallas Wanderley Muniz Dias, no montante total de R\$65.000,00 (sessenta e cinco mil reais), relativo às despesas não comprovadas na concessão de adiantamentos a servidores, conforme apurado e discriminado pela DICAD; Fixa-se prazo de **30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor do ALCANCE/GLOSA, na esfera Estadual para o órgão Secretaria de Estado do Trabalho – SETRAB, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5670 – outras indenizações – PRINCIPAL – ALCANCE APLICADO PELO TCE/AM", órgão Secretaria de Estado do Trabalho – SETRAB com a devida comprovação perante esta Corte de Contas e a devida atualização monetária (art.72, III, "a", da Lei nº 2423/96 – LOTCE/AM c/c o art.308, § 3º, da Res. nº 04/02 – RITCE/AM). Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado,**



**ACÓRDÃO Nº295/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO**

caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

**10.5. Determinar à Origem que**

**10.5.1.** Atente aos prazos de alimentação de dados no sistema e-contas, com a ressalva de que falhas reiteradas poderão ensejar sanções pecuniárias ao Responsável;

**10.5.2.** Atente aos prazos de recolhimento de valores inerentes às obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais resultantes de suas atividades ou contratações, de forma a aprimorar o planejamento da gestão e evitar pagamentos a maior em virtude da ocorrência de juros e multas.

**10.5.3.** Atente às disposições do Decreto nº 16.396/94 (que dispõe sobre os adiantamentos concedidos a servidores);

**10.5.4.** Atente à exigência dos certificados de regularidade fiscal, expressa do art. 195, § 3º da Constituição Federal c/c art. 29, incisos III e IV da Lei 8.666/93;

**10.5.5.** Evite contratações sem cobertura contratual e sem prévio empenho, uma vez que o art. 60, da Lei nº 4.320/64, veda a realização de despesa sem prévio empenho.

**10.6. Dar ciência ao Sr. Breno Viana Ortiz e ao Sr. Dallas Wanderley Muniz Dias sobre o deslinde do feito.**

**11- Ata:** 5ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 28 de fevereiro de 2023.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Luis Fabian Pereira Barbosa e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado).

**13.1. Auditor presente e Relator:** Mário José de Moraes Costa Filho.



**ACÓRDÃO Nº295/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO**

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dra.Elissandra Monteiro Freire  
Alvares, Procuradora-Geral, em substituição.

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro-Presidente

**MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO**  
Auditor-Relator

**ELISSANDRA MONTEIRO FREIRE ALVARES**  
Procuradora-Geral, em substituição